

**ACESSO ABERTO E GESTÃO COLABORATIVA DE REPOSITÓRIOS
INSTITUCIONAIS: A EXPERIÊNCIA DA UFMG**

***OPEN ACCESS AND THE COLLABORATIVE MANAGEMENT OF
INSTITUTIONAL REPOSITORIES: THE EXPERIENCE OF UFMG***

Izabel Antonina de Araújo Miranda – DGI/UFMG¹

antoninaizabel@gmail.com

Maria Aparecida Moura – DGI/UFMG²

mamoura@ufmg.br

Resumo: O artigo descreve o processo colaborativo de implantação e gestão do repositório institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo da iniciativa foi proporcionar o agrupamento dos repositórios que já existiam na instituição, integrando-os em torno de uma política institucional única e com gestão colaborativa em rede. O projeto foi desenvolvido em diferentes etapas e abarcou o diagnóstico dos repositórios existentes, o estudo e a seleção de metadados, a adequação e a atualização tecnológica, a elaboração de políticas gerais e específicas para cada comunidade e a customização da interface comum. A implementação do repositório demandou a formação de um grupo de estudos com representantes das diferentes coleções. Observou-se, na composição da rede de parceiros, que os principais ganhos com a gestão colaborativa têm sido a identificação das demandas específicas dos usuários e autores dos documentos, a atualização técnica e tecnológica e a troca de experiências e de conhecimentos entre os profissionais que integram a experiência com ganhos de qualidade e de agilidade na disseminação da informação produzida na UFMG.

Palavras-chave: Gestão da informação. Repositório institucional. Políticas de informação. Disseminação da informação.

¹ Graduada em Biblioteconomia – UFMG. Especialização em Biblioteconomia – FISIG. Bibliotecária – UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9338705446765393>

² Graduada em Biblioteconomia – UFMG. Mestre em Educação – UFMG. Doutora em Comunicação e Semiótica. Professora da UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3179079966117749>

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o acesso à informação e ao conhecimento científico e tecnológico tem se realizado através de dispositivos eletrônicos em rede. O advento da e-Science introduziu inúmeros incrementos nos processos científicos e ampliou as possibilidades de compartilhamento de dados e informações e a efetivação de pesquisas e produções colaborativas.

Como tendência, ampliou-se também a orientação da ciência em torno do acesso aberto à produção científica, tendo como perspectiva a democratização do conhecimento. Por essa razão, as grandes universidades nacionais e internacionais têm dado ênfase à estruturação de repositórios institucionais, incluindo como perspectiva a ampliação da visibilidade institucional, a acessibilidade e a difusão dos resultados das atividades acadêmicas e da produção científica. Nesse sentido, a disseminação da produção via repositórios institucionais tem apoiado simultaneamente a comunidade científica e a sociedade em geral, que passou também a compreender a dinâmica e as rotinas do fazer científico.

Recentemente, a Comunidade Europeia estabeleceu como meta que, até o ano de 2020, todas as pesquisas por ela financiadas deverão estar disponíveis em acesso aberto. A Comissão responsável pelo programa tem como perspectiva:

- definir o acesso aberto a publicações sujeitas à apreciação prévia de avaliadores, como princípio geral no Horizonte 2020, através da edição aberta (acesso aberto «dourado») ou do auto-arquivamento (acesso aberto «verde»);
- promover o acesso aberto a dados de investigação (resultados e observações experimentais, informação gerada por computador etc.) e definir um quadro-piloto no Horizonte 2020, tendo em conta preocupações legítimas em matéria de privacidade, interesses comerciais e questões associadas a grandes volumes de dados;
- desenvolver e apoiar infraestruturas eletrônicas para alojar e partilhar informação científica (publicações e dados) que sejam interoperáveis a nível europeu e mundial; e
- ajudar os investigadores a cumprirem as obrigações relativas ao acesso aberto e a promoverem uma cultura de partilha (COMISSÃO EUROPEIA, 2012).

As diretrizes do Centro Nacional de Documentação (EKT), SPARC Europe e PASTEUR4OA sugerem que o “depósito em repositórios é obrigatório e irrenunciável como a forma mais bem-sucedida para o crescimento do acesso aberto à informação científica” (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015).

De acordo com essa perspectiva, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) deliberou por promover uma política de gestão colaborativa entre os repositórios existentes na instituição, agrupando-os em um repositório único por meio de um comitê gestor. A medida visou otimizar os recursos e fortalecer a prática colaborativa entre os mantenedores de acervos de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Através dessa gestão colaborativa, a produção oriunda de atividades de ensino, extensão cultural e pesquisa da universidade ficam agregadas em um único repositório. Esta foi uma forma encontrada de possibilitar que cada repositório estabeleça sua política específica de gerenciamento, considerando as particularidades das tipologias documentais produzidas e o perfil das coleções e dos usuários.

A integração dos repositórios é feita através do compartilhamento da política de gestão e arquivamento, do comitê gestor e da articulação de uma busca unificada que viabiliza a localização de todas as informações disponibilizadas nesses repositórios. O sistema permite que a comunidade acadêmica possa dispor de um local para arquivar e tornar acessível de forma integrada toda produção científica e cultural da UFMG (artigos publicados, livros, capítulos de livros, comunicações a congressos e conferências, projeto de pesquisa e relatórios de grupos de pesquisa, teses e dissertações aprovadas e recursos educacionais de apoio à educação a distância).

O modelo de serviço pelo qual a instituição optou garante a realização de um trabalho comum e permite que os administradores dos RIs e sua equipe foquem nas suas atividades nucleares.

Neste trabalho, busca-se descrever a experiência ainda em curso de

implementação do Repositório Institucional da UFMG, baseada em uma forma de gestão colaborativa e participativa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nos últimos anos, temos assistido ao fortalecimento de movimentos e práticas colaborativas em torno da produção e da disseminação de informações científicas e tecnológicas. Tem sido também notável o interesse e a presença dos pesquisadores em redes sociais acadêmicas. A rede social Academia.edu³, por exemplo, agrega atualmente mais de 39 milhões de acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento em torno de interesses comuns e oferece a possibilidade de compartilhamento da informação de documentos, palestras e pesquisas. Em virtude disso, na prática, essas redes *online* funcionam como repositórios digitais globais pactuados em torno das especialidades e áreas de interesse dos pesquisadores.

No âmbito do compartilhamento em rede, destaca-se o papel do acesso aberto, que é compreendido como “a prática de dar acesso online à informação científica (artigos, monografias, dados de investigação) de uma forma gratuita para o leitor e licenciada para que possa ser utilizada e explorada pelos investigadores, pela indústria e pelos cidadãos” (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015, p. 4).

De acordo com as “Diretrizes para políticas de acesso aberto para instituições que realizam investigação científica” (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015, p. 5), as principais vantagens para as instituições são a possibilidade de reunir e preservar a produção científica e divulgá-la por intermédio de um RI; a indexação e a visibilidade à produção em motores de busca internacionais; o monitoramento das visitas e a utilização de dados e indicadores no planejamento institucional; e o fortalecimento dos canais de comunicação e colaboração internacional. Para os pesquisadores, destacam-se, nesse âmbito, o aumento da visibilidade das citações e do uso efetivo de suas pesquisas em escala internacional.

Em virtude da popularização das práticas de compartilhamento de

³ <https://www.academia.edu/>.

informações em rede, da forte presença dos aplicativos e dispositivos digitais nos processos educativos e na pesquisa, tornou-se condição *sine qua non* a implementação de repositórios institucionais no âmbito das universidades e centros de pesquisa.

Os RIs apresentam novas estratégias para o compartilhamento da informação científica e são um importante recurso para a visibilidade dessa informação. A implantação dessa ferramenta é uma das formas que as instituições dispõem para mitigar a falta de visibilidade de sua produção intelectual e ampliar sua capilaridade e influência no contexto científico, tecnológico e social. A principal função dos RIs é preservar e disponibilizar a produção científica, representando-a, documentando-a e compartilhando-a em formato digital.

Nesse contexto, o entendimento de um RI é ampliado na visão de Sayão e Marcondes, que o definem como

parte de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinado a garantir a guarda, preservação em longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição” (SAYÃO; MARCONDES, 2009 , p. 10).

Sua capacidade de produção, compartilhamento e uso do conhecimento científico é reforçada na Carta de Belém, que considera o RI uma atividade essencial ao desenvolvimento social e econômico das nações: “a circulação ampla, livre e desimpedida da informação científica evidencia-se como condição *sine qua non* para os avanços científicos e tecnológicos” (CARTA DE BELÉM, 2014).

Conforme (SPARC..., 2002), os repositórios, por agregarem um conjunto avançado de serviços relativos à organização, tratamento, acesso e disseminação do conteúdo digital, têm o potencial de servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma instituição, demonstrando a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa, aumentando, assim, a visibilidade da instituição, o seu *status* e o seu valor público.

Nesse contexto, de acordo com as *Diretrizes para criação de repositórios*, estes se configuram como uma forma eficaz e transparente de gerenciar os recursos informacionais das universidades e instituições de pesquisa, permitindo que a produção científica fique disponível. Dessa forma, serve de apoio ao desenvolvimento de novas relações entre os acadêmicos e os centros de pesquisa tanto nacionais quanto internacionais.

Nessa perspectiva, para que os repositórios atendam ao objetivo de disponibilizar o acesso livre à informação, será necessário estabelecer políticas institucionais de depósito, preservação e uso. Costa e Leite (2009) *apud* Vianna e Carvalho (2013), ressaltam que os RIs possuem quatro atributos importantes que explicitam sua natureza, são eles:

1. institucionalmente definido: seus limites são definidos pelas fronteiras da instituição, devem ser oficialmente reconhecidos pela instituição por meio de implementação de políticas de depósito compulsório e outras que garantam sua existência. Seus conteúdos devem cobrir a maior parte das áreas de ensino e pesquisa da instituição.
2. Orientação científica e acadêmica: cientificamente orientado deve significar conteúdo reconhecido e validado pela comunidade científica. Academicamente orientado flexibiliza a perspectiva da validação alcançada pelo peer review, e contemplam também outras formas de comunicação científica, mais informal, inclusive materiais de ensino.
3. Cumulativo e perpétuo: preservar a produção intelectual de uma instituição e garantir acesso amplo e irrestrito, para isso requer a implementação de políticas de depósito, de preservação, de acesso e de uso.
4. Aberto e interoperável: uma das principais características responsáveis pelo aumento do impacto dos resultados de pesquisa e visibilidade da produção, do pesquisador e da instituição (LEITE 2009 *apud* VIANNA; CARVALHO, 2013, p. 5).

Nesse sentido, Torino (2010) defende que a característica principal dos repositórios institucionais está em agrupar o conhecimento produzido e registrado por membros de uma instituição acadêmica em uma estrutura que permita a organização de diversas tipologias documentárias produzidas por áreas multidisciplinares.

2.1 GESTÃO COLABORATIVA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

A iniciativa da universidade de estabelecer uma gestão compartilhada entre seus RIs se deu por entender que deve haver uma gestão participativa por todos os membros e também pelas especificidades que cada RI representa com relação à tipologia documental e às políticas específicas de cada comunidade.

A UFMG, no período de 2006 a 2015, implementou cinco (5) repositórios:

Biblioteca Digital de Teses, Dissertações e Monografias de especialização, gerenciada pela Biblioteca Universitária;

Repositório de Recursos educacionais, gerenciado pela Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino – GIZ;

Repositório digital, responsável pela gestão das publicações científicas e culturais da instituição, gerenciado pela Diretoria de Governança Informacional;

Repositório de Apoio à Educação a Distância – CAED;

Repositório AVAS21 Biblioteca Digital da Escola de medicina;

Esses repositórios possuem gerenciamento e funcionamento em unidades distintas dentro da instituição e sem nenhuma ligação entre eles. Nesse sentido, pensando na economia e no compartilhamento de recursos, na visibilidade da instituição e numa gestão mais eficaz, pensou-se a reunião de toda a produção que se encontra disponível nos referidos repositórios em um único repositório agregador, sob uma gestão colaborativa e participativa.

Esse tipo de modelo informacional foi construído em torno da ideia de Comunidades, que representam os repositórios existentes com necessidades distintas de gerenciamento da informação. Cada Comunidade pode adaptar o sistema para melhor atender às necessidades específicas e para gerenciar o processo de depósito de documentos. Uma das principais propriedades do sistema é o processo simplificado de depósito, que permite que cada Comunidade desenvolva

o seu procedimento de controle das publicações a serem incluídas no repositório, assim como a política de acesso aos seus documentos.

2.2 METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como um estudo de caso que aborda um processo de experiência de implantação do repositório institucional da UFMG. O estudo de caso, conforme salienta Goode e Hatt *apud* Ventura (2007, p. 384),

é um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.). Vale, no entanto, lembrar que a totalidade de qualquer objeto é uma construção mental, pois concretamente não há limites, se não forem relacionados com o objeto de estudo da pesquisa no contexto em que será investigada. Portanto, por meio do estudo do caso o que se pretende é investigar, como uma unidade, as características importantes para o objeto de estudo da pesquisa.

Para a criação da proposta de implantação do Repositório Institucional da UFMG, foi necessário realizar estudos bibliográficos sobre o processo de implantação de RI em diferentes instituições em nível nacional e internacional. O propósito do estudo foi, através de uma “engenharia reversa”, compreender, de um ponto de vista amplo, os aspectos teóricos, técnicos, gerenciais, tecnológicos e comunicacionais envolvidos na gestão de um repositório em uma instituição de ensino superior, pesquisa científica e inovação. O levantamento bibliográfico foi baseado em estudos sobre implantação e gestão de RIs, bem como nas diretrizes e manuais para organização da informação nesses sistemas.

A estratégia de implantação do projeto se apoiou em oito grandes etapas:

1- Estabelecimento de um comitê gestor para instituir e deliberar sobre as políticas de informação para o RI da UFMG. Esse comitê é composto por representantes da Pró-Reitoria de Pesquisa, da Diretoria de Governança informacional, da Diretoria de Tecnologias de Informação, do Centro de Apoio à Educação a Distância, do Sistema

de Bibliotecas, pelos gestores das comunidades e coleções e profissionais de apoio da área de tecnologia da informação, design e biblioteconomia;

2- Estudos sobre os RIs existentes na instituição e quais as necessidades específicas de cada um, com o propósito de identificar as tipologias documentárias produzidas, analisar como ocorre o fluxo desses documentos e ponderar como informações relativas deverão ser sistematizadas;

3- Estudos sobre a Plataforma atualizada do *DSpace*, em parceria com o IBICT, para verificar a capacidade exigida do servidor, os campos de metadados e a interoperabilidade entre os sistemas;

4- Instalação de um ambiente teste para inserção das diversas tipologias documentais e levantamento da necessidade de ampliação e customização da ferramenta;

5- Definição das políticas de informação e uso de cada repositório (inclusão, processo de aprovação, manutenção, responsabilidades, tipos de documentos aceitos, comunidades, subcomunidades, coleção e itens):

a) Com o estabelecimento das políticas específicas pelo comitê gestor, cada RI representa uma comunidade, que pode ser dividida em subcomunidades, correspondendo às unidades administrativas da instituição. Estas podem ser subdivididas em outras subcomunidades que correspondem aos departamentos ou cursos e, dentro destes, encontram-se as coleções de documentos, conforme ilustra a (Fig. 1);

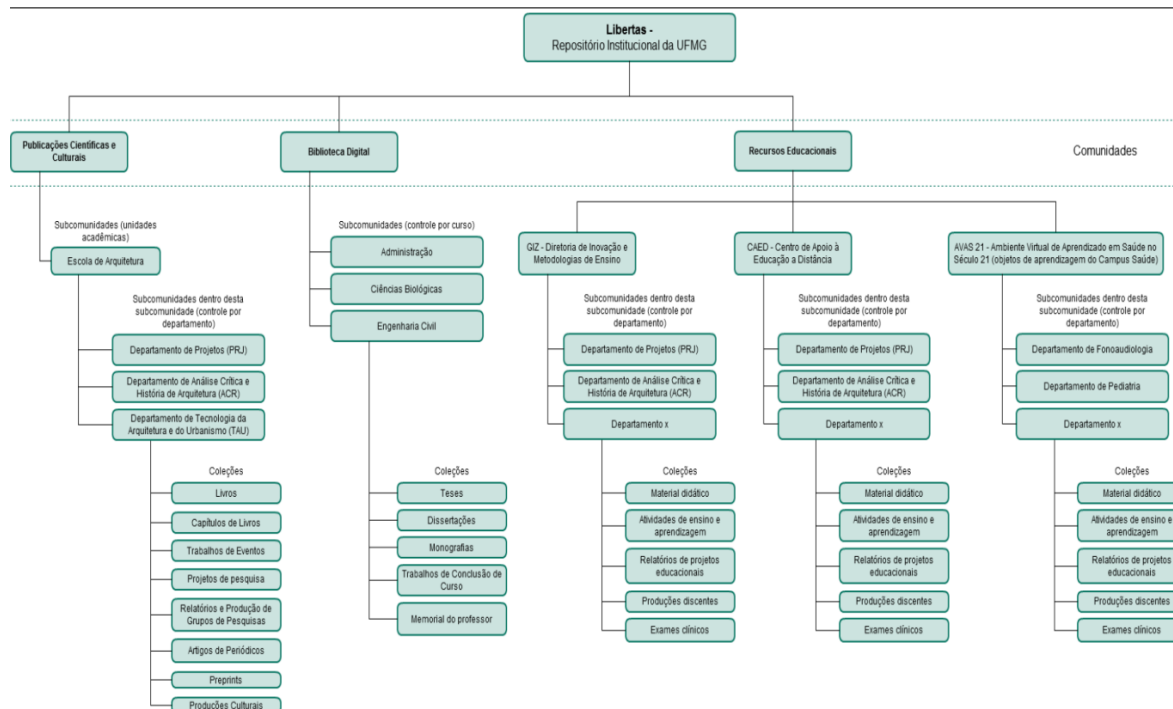


Figura 1- Libertas – Repositório Institucional da UFMG

Fonte: Dados da pesquisa

- b) Avaliar a viabilidade de inserção das teses e dissertações diretamente no software *DSpace* para eliminar a plataforma *OPUS*, que era utilizada na instituição;
 - c) Avaliar a migração de dados da *BDTD* e a transferência da interface do *OPUS* x *BDTD* para o novo repositório;
 - d) Avaliar a importação entre diferentes versões do *DSpace*;
 - e) Planejar e programar a importação de bases antigas dos repositórios existentes.
- 6- Configurar interface para coleta de dados pelo *IBICT* e planejar a identidade visual do *RI*;
- 7- Povoamento do repositório: inclusão de documentos no sistema e controle de qualidade das inserções e do desempenho de recuperação da informação;
- 8 - Formação de usuários e campanhas de incentivo à política de autoarquivamento e de manutenção do *RI*.

3 RESULTADOS

Encontra-se em andamento a implantação do Repositório Institucional da UFMG. Todo o processo está sendo realizado e monitorado em um ambiente teste na versão 5.5 do *DSpace*, com a conclusão das seguintes etapas:

- Instituição do comitê gestor para deliberar sobre a gestão do repositório;
- Conclusão dos estudos sobre os RIs existentes na instituição e quais as necessidades informacionais específicas de cada um, bem como a identificação das tipologias documentárias produzidas;
- Finalização dos estudos sobre a Plataforma atualizada do *DSpace*, em parceria com o IBICT, para verificar a capacidade exigida do servidor, os campos de metadados e a interoperabilidade entre os sistemas;
- Instalação do ambiente teste para inserção das diversas tipologias documentais e levantamento da necessidade de ampliação e customização da ferramenta e migração de dados;
- Definição das políticas de informação e uso de cada repositório (inclusão, processo de aprovação, manutenção, responsabilidades, tipos de documentos aceitos, comunidades, subcomunidades, coleção e itens).

Encontram-se em andamento as seguintes etapas:

- Configuração da interface para coleta de dados pelo IBICT e planejamento da identidade visual do RI;
- Povoamento do repositório, inclusão de documentos no sistema e controle de qualidade das inserções e do desempenho de recuperação da informação;
- Formação de usuários e campanhas de incentivo à política de autoarquivamento e manutenção do RI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de implantação de um repositório institucional pressupõe o compartilhamento, a integração e o empenho das equipes de trabalho para

desenvolver estudos e ações que viabilizem a elaboração de diretrizes que norteiem a tomada de decisão sobre a organização e a disseminação da informação oriunda da produção científica da universidade. Esses aspectos têm sido assumidos pelo comitê gestor do repositório e torna possível o monitoramento integrado de todas as ações necessárias com ganho de escala, qualidade e desempenho.

A definição de políticas institucionais de acesso e uso da informação é condição necessária para uma gestão eficaz, visto que servem para apoiar todo o desenvolvimento de um mecanismo de gestão em um RI. Sua importância é ampliada, principalmente, à medida que é demonstrada a visibilidade proporcionada pelo acesso aberto às informações, bem como a organização das produções em um ambiente interoperável que possa gerar impacto tanto para o pesquisador que divulga suas produções, quanto para a instituição que a gerencia e a repercute.

O processo de implementação do repositório da UFMG encontra-se em curso. Atualmente, estão sendo desenvolvidas as etapas de interface e identidade visual. As próximas etapas serão a inclusão de documentos no sistema, a formação de usuários e campanhas de incentivo à política de autoarquivamento e manutenção do RI.

De acordo com as experiências vivenciadas até o presente momento, inferimos que a estruturação de um sistema de gestão compartilhada da informação em um RI exige empenho e trabalho criterioso. Nesse sentido, as definições institucionais devem ocorrer respaldadas em estudos das necessidades dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e pautar-se pelas ponderações da equipe gestora. Essas medidas possibilitam a integração entre as diversas áreas e repercutem globalmente o esforço científico e social realizado no âmbito da UFMG.

Abstract: The article describes the collaborative process of implementation and management of the institutional repository of the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The objective of the initiative was to organize the thematic repositories that already existed in the institution integrating them around a single institutional policy and shared management network. The project was developed in different stages and

covered the diagnosis of existing repositories, the study and the selection of metadata, the suitability and technological upgrading, the development of general and specific policies for each community and the customization of the common interface. The implementation of the repository demanded the formation of a study group with representatives from different collections. It was observed in the composition of the network that the main gains from collaborative management has been the identification of the specific demands of users and authors of the documents, technical and technological updating and the exchange of experiences and knowledge among professionals within the experience with return in quality and agility in the dissemination of information produced at UFMG.

Keywords: Information management. institutional repository. Information Policy. Dissemination of information.

REFERÊNCIAS

CARTA de Belém Belém, 24 de maio de 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Casa/Downloads/Carta%20de%20Belm%20(3).pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

COMISSÃO EUROPEIA. Dados científicos: acesso aberto a resultados de investigação impulsionará capacidade europeia de inovação. Bruxelas, 17 de julho de 2012. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-790_pt.htm?locale=en>. Acesso em: 17 jun. 2016.

DIRETRIZES para criação de repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13512/3/Directrizes_RI_portugues.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2015.

DSpace. AboutDSpace. Disponível em: <<http://www.dspace.org/introducing>> . Acesso em: 20 jun. 2016.

GIL. A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a selecção. In: SAYÃO, Luis Fernando et al. Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas,

memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p.9-22. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>.

Acesso em: 24 jun. 2016.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. Manual do DSpace: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010.

SPARC Institutional Repository Checklist & Resource Guide Release 1.0 November 2002.

TORINO, Lígia Patrícia. *Organização da produção científica em repositórios institucionais* : um parâmetro para a UTFPR. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (Profissional), 2010.

TSOUKALA, Victoria, ANGELAKI, Marina. Diretrizes para políticas de acesso aberto para instituições que realizam investigação científica. [Lisboa]: Pasteur40A, 2015.

Acesso em 29. Jun. 2015. Disponível em <http://www.pasteur4oa.eu/sites/pasteur4oa/files/resource/Diretrizes%20para%20Politicass%20de%20Acesso%20Aberto_Set2015.pdf>.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Rev. SOCERJ*. 2007, v. 20, n. 5. p. 383-386. Acesso em: 2 jun. 2016. Disponível em <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf>.

VIANNA, Sheila Maria de Vasconcellos; CARVALHO, Rogerio Atem de. *Benefícios da implantação de repositório institucional na preservação da memória institucional*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, 07 a 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1613/1614>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

apud COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO *et al.* (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais*: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.